VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2022

ATA NÚMERO DEZANOVE

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e dez, teve lugar a 2ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em dezassete de novembro de 2022, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, em exercício, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa Secretário e a 2ª Secretária, em exercício, Dália Miranda Eira. ----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filipe da Silva Lopes, Jaime da Silva Quintas, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim Silva Teixeira, Vítor da Silva Pereira Canastro, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, Luís Miguel Nogueira, João Emanuel de Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira, Jorge Manuel dos Santos Pereira e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro. ----------

Faltaram os seguintes deputados municipais: Carlos Alberto Pinto Ribeiro que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Aurora Marina Teixeira; Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Marcos Sérgio Santos; Filinto Virgílio dos Ramos Lima, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Abílio Ferreira; Joaquim António Dias Tavares, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Maria Rosalina Santos; Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Bruno Miguel Oliveira; Rui Pedro Fernandes Teixeira, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Manuel Benjamim Soares; Tiago Filipe da Costa Braga, que justificou a falta, sendo

substituído pelo elemento disponível, João Pedro Martins e José Fernando Santos Almeida, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Pedro Dantas.----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e os Senhores Vereadores: Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

Estiveram ausentes os senhores Vereadores: Marina Raquel Lopes Mendes e José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar. ----------

O Senhor Presidente da Mesa fez a entrega do Auto de Receção dos documentos da Proposta de Desagregação da União de Freguesias, aos senhores Presidentes que as apresentaram à Assembleia Municipal, e cujo conteúdo foi digitalizado, sendo que o original seria remetido posteriormente à Assembleia da República.----------

Ponto 1 - Público.----------

Senhora Vanessa Ferreira (União de Freguesia de Mafamude e Vilar de Paraíso) na sua intervenção, falou das descargas de fossas, efetuadas no Rio Febros. Um crime ambiental, referiu a mesma, mas após analisar as causas dessas descargas, detetou tratar-se de problemas monetários das pessoas por não poderem contratar as Empresas Águas de Gaia, pois serão cobradas 36,90€, caso não haja saneamento na rua em causa, e 66€ mais IVA caso a rua tenha saneamento. Deixou ainda alguns considerandos pedindo outro tipo de ajuda para este tipo de situação. ----------

Senhora Raquel Andrade Pinto de Sá (União de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso) na sua intervenção referiu ser mãe de um jovem de 19 anos, autista, com síndrome de asperger e a frequentar o 1º ano da faculdade. Com dificuldades e sem condições de habitação dignas, recorre à Assembleia no sentido de fazer um pedido de ajuda para conseguir uma habitação condigna para o seu filho.----------

Senhor Hugo Pereira (Freguesia de Canidelo) focou diversos aspetos de interesse municipal, entre os quais, a divulgação das sessões da Assembleia Municipal em formato online; plantação de árvores no concelho e nomes para rotundas, invocando nomes e ideais históricos. A terminar, questionou sobre a existência de um

Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em meio Urbano, bem como um inventário Municipal de arvoredo, conforme Lei 59/2021.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos esclarecimentos aos munícipes que intervieram, tendo começado pela senhora Vanessa Ferreira, tem dificuldades em perceber exatamente onde pretendia chegar, que as Taxas são para pagar, que na maior parte dos casos o problema não eram as Taxas, mas sim a falta de civismo. Aquela intervenção entroncava como a do senhor Hugo Pereira, que dizia respeito à arborização. O município de Gaia lançou há alguns anos, um projeto de plantação de 10 mil árvores no concelho. Disse que para se perceber o stress, sobretudo no Outono e Inverno, em plena Avenida da República, os moradores pediam para retirar as árvores. Perceberá que na prática o cidadão é ambientalista de momento que seja na casa dos outros. Propôs ao senhor Hugo, se assumir como seu representante, nas Ruas de Gaia e dialogar com os moradores, sobre as árvores, eles na sua maioria dirão que pretendem que sejam retiradas. Quanto aos Regulamentos, temos um conjunto de formalidades que ajudam a trabalhar neste domínio. Não tinham o Regulamento de Gestão de Espécies arbóreas, mas o município tinha estratégia nesse domínio e constavam dos princípios genéricos que se iam aplicando no dia-a-dia. Relativamente às questões de toponímia havia 2 casos já implementados no Concelho, o Conselheiro Veloso da Cruz e Coutinho da Fonseca, contudo, não parecia que uma Rotunda fosse a melhor forma de fazer homenagens. Quanto às Assembleias online, referiu apenas ter visto experiências, em contexto Covid e seria uma boa prática se tal como a Assembleia da República possuísse dispositivos tecnológicos, para ter um canal de televisão. Disse que enquanto estivesse em funções não haveria Assembleia online, pois, quem as pagava era a Câmara Municipal e quem decidia era o Presidente. Quanto à Senhora Raquel Sá, não podia adiantar muito mais, apesar de se sentir solidário com a sua causa, a Câmara Municipal tinha cerca de 1800 agregados familiares inscritos, largas dezenas com filhos com deficiências, pais com incapacidades, etc., do ponto de vista social tinham situações muito graves. Existiam regras e o pior que podia acontecer à habitação pública era a lógica da "cunha" para a habitação social. ----------

Senhor Presidente da Mesa referiu valer a pena discutir estas questões de forma mais alargada e ampla, pois, havia de facto problemas na nossa sociedade que ainda não eram conhecidos, mas que em breve virão a conhecimento. Referiu-se ao programa do Ricardo Araújo Pereira e à alusão abominável feita à Assembleia Municipal de Caminha, tendo posto em público pessoas que estavam a falar, achincalhando dessa forma a Assembleia Municipal. Deixou ainda alguns considerando relativamente a esse assunto. ----------

Ponto 3 – Período de "Antes da Ordem do Dia". ----------

Senhor Deputado Luís Nogueira (CDS-PP) apresentou um Voto de Pesar pelo Falecimento de Adriano José Alves Moreira, conforme documento em anexo (Vide anexo nº1). ----------

Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE) apresentou um Voto de Pesar pela Morte de Mahsa Amini, conforme documento em anexo (Vide anexo nº2). ----------

Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE) apresentou um Voto de Saudação, em Memória de José António Ribeiro Santos, conforme documento em anexo (Vide anexo nº3). ----------

Senhor Deputado Pedro Ribeiro (PAN), apresentou uma Proposta de Recomendação, "Apoiar os Munícipes a poupar nas Faturas da Energia", conforme documento em anexo (Vide anexo nº4).----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) apresentou uma Moção de Congratulação, pelo "Dia Mundial da Prematuridade", conforme documento em anexo (Vide anexo nº5). ----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) pediu desculpa ao senhor Presidente, não se apercebeu da continuação dos trabalhos, pretendendo apenas dar nota relativamente aos documentos apresentados, uma ou outra expressão colocada em alguns dos textos levaria a uma posição diferente por parte do Grupo Municipal do PS, no entanto, no geral iriam considerar que os documentos apresentados tinham uma intencionalidade que subscrevem, embora, obviamente não estivessem de acordo com todas as expressões, nomeadamente a expressão "terrorista" colocado num texto apresentado. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação um, Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, "Pelo Falecimento de Adriano José Alves Moreira". ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD e 02 do CDS), 04 votos contra (02 da CDU e 02 do BE) e 01 abstenção do PAN.----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação um, Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Pela Morte de Mahsa Amini". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação um, Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Em Memória de José António Ribeiro Santos" ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação um, Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do PAN, "Apoiar os Munícipes a poupar nas Faturas da Energia". ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 41 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE e 01 do PAN), 02 votos contra da CDU e 02 abstenções do CDS-PP. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação uma Moção de Congratulação, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, pelo "Dia Mundial da Prematuridade". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) disse que de acordo com o que tinham articulado, a intencionalidade da ideia de votação daquela forma seria no sentido de agilizar os trabalhos, parecendo que seria necessário caso houvesse dificuldade de apurar o sentido de voto. Disse, não fazer sentido como prática, poderia fazer sentido, se houvesse alguma dúvida. Nesse sentido, propôs manter a prática de votarem todos e havendo dificuldade no apuramento de votos, a Mesa questionaria os representantes de cada Grupo para perceber o sentido de voto. ----------

Senhor Presidente da Mesa referiu que esta questão ficaria para a reunião de líderes.----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU) fez referência aos transportes públicos, ao número de gaienses que ficavam nas paragens à espera do autocarro. Em todas as freguesias, todos os dias, havia gaienses que chegavam atrasados ao trabalho ou à escola. Disse que tal acontecia por opção política do Partido Socialista, contando com o apoio do PSD, CDS-PP, IL e CH. Após a proposta da CDU, que nunca foi permitida a ser discutida em Assembleia Municipal e, passados 6 meses a situação continua a piorar. Deixou ainda diversos comentários às políticas do PS sobre esta matéria. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos efeitos ao senhor Deputado, uma vez que foi citado, tanto como Presidente de Câmara Municipal como da AMP, refutando a intervenção do senhor Deputado André Araújo e apontando-a de oportunismo. ----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU) esclareceu referindo não se tratava de oportunismo, mas a expressão institucional das manifestações das populações, essas reivindicações tinham um papel na Assembleia Municipal, muito menos seria oportunismo quando se apresentavam soluções e propostas. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues esclareceu, devidamente, mais uma vez, a intervenção do senhor Deputado André Araújo, questionando o senhor Deputado qual seria a solução. A resposta que o senhor Deputado apontava era uma solução ilegal.----------

Senhor Presidente da Mesa referiu, mais uma vez, os senhores deputados estarem a eternizar os trabalhos. Disse serem 23h 15 minutos, ficando admirados por as Reuniões terminarem às 02h da manhã, dando por terminada esta questão e passando à Ordem de Trabalhos. ----------

<u>Ponto 4.16</u> - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Repartição Plurianual dos Encargos Financeiros para Fornecimento de Gás a Granel em Regime Contínuo para Equipamentos Sitos no Município de Vila Nova de Gaia, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.16. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

<u>Ponto 4.17</u> - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Encargos para 2023, para a Empreitada Parque da Aguda – Trabalhos de Impermeabilização da Cobertura – Início do Procedimento, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.17. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

<u>Ponto 4.18</u> - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, , quanto à Assunção dos Encargos Plurianuais, para Aquisição de Serviços para Fornecimento de Refeições Institucionais Promovidas nos

vários Equipamentos Municipais do Município de Vila Nova de Gaia, por Lotes, pelo prazo de 1 ano renovável por mais um, através de Concurso Público com Publicidade Internacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP e preço base total de € 740.000,00 (setecentos e quarenta mil euros) + IVA, repartido por 2 Lotes, nos seguintes termos: ----------

•Lote 1- Aquisição da tipologia de menus A, B, C e D, com o preço base de € 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil euros) + IVA; ----------

•Lote 2 – Aquisição da tipologia de menu: porto de honra, lanche, coffee break e pequeno-almoço, com preço base de € 90.000,00 (noventa mil euros) + IVA".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.18. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 44 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS, 02 da CDU e 02 do BE) e 01 abstenção do PAN. ----------

Ponto 4.18 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para Implementação de Projetos no Âmbito do Investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aprovação do Novo Conteúdo das Minutas de Contrato de Promessa de Compra e Venda". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.19. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Ponto 4.20 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Contrato Programa de 2023 – Instrumentos de Gestão Previsional 2023 da Empresa Municipal Águas de Gaia, EM, S.A.". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.20. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS,02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD. ----------

Ponto 4.21 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Fundo de Recuperação COVID – Entidades sem Fins Lucrativos. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.21. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Ponto 4.22 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município, da Parcela de Terreno sita na Rua da Feira Nova, com área de 327,80 m2, na União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo.----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.22. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Ponto 4.23 - "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Cedência em Regime de Comodato, à Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho o seguinte:

- Prédio Urbano composto por Edifício de um Piso e Logradouro, sito na Praceta Cooperativa O Telefone, na Freguesia de Vilar de Andorinho, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob o nº 3604 e inscrito na Matriz Predial sob o artigo urbano P 3984, que provém do artigo U 3980, com o VPT de € 178.280,00 (cento e setenta e oito mil, duzentos e oitenta euros), pelo prazo de 25 anos a contar da data da celebração do respetivo Contrato, podendo ser renovado, automaticamente por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer das partes, para aí ser Instalado e Gerido um Centro Comunitário.----------

- Aprovar a respetiva minuta do Contrato de Comodato. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.23. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Ponto 4.24 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, para Inclusão de 10 (dez) Postos de Trabalho, da Carreira de Assistente Técnico,

para suprimento de necessidades temporárias, na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto, na Carreira / Categoria de Assistente Técnico de Apoio às Secretarias dos AE/ENA e Autorização de Abertura de Procedimento.----------

<u>Ponto 4.25</u> - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, para Inclusão de 03 (três) Postos de Trabalho da Carreira e Categoria de Assistente Técnico, Área Administrativa de Apoio às Secretarias dos AE/ENA, recorrendo-se à Reserva de Recrutamento existente. ----------

Proposta de Abertura de um Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento, para Satisfação de Necessidades Futuras de Ocupação de Postos de Trabalho na Carreira/Categoria de Assistente Técnico, na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado". ----------.

<u>Ponto 4.26</u> - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, para Inclusão de 03 (três) Postos de Trabalho, Área de Arquitetura e Ocupação desses Postos por via do Recurso à Reserva de Recrutamento Interna Constituída no Procedimento Concursal Comum para a Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado, Proc. 41/2019.----------.

<u>Ponto 4.27</u> - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Alteração ao Mapa de Pessoal para Inclusão de 10 (dez) Postos de Trabalho da Carreira e Categoria de Assistente Técnico para a Direção Municipal de Políticas Sociais e Autorização de Abertura do Respetivo Procedimento Concursal, Métodos de Seleção a aplicar e Designação do Júri". ----------.

<u>Ponto 4.28</u> - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Alteração ao Mapa de Pessoal para Inclusão de 130 (cento e trinta) Postos de Trabalho da Carreira e Categoria de Assistente Operacional para a Divisão de Gestão Escolar e Recursos Educativos.----------.

<u>Ponto 4.29</u> - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Criação de 06 (seis) Postos de Trabalho para a Divisão de Gestão Escolar e Recursos Educativos na Carreira de Assistente Técnico, Categoria de Coordenador Técnico e Criação de 03 (três) Postos de Trabalho para a Divisão de Gestão Escolar e Recursos Educativos na Carreira de Assistente Operacional, Categoria de Encarregado Operacional".----------.

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU iria acompanhar as Propostas apresentadas, contudo, referiu não poderem deixar em branco a declaração de voto apresentada pelo PSD,

na Reunião de Câmara, em que estes pontos foram discutidos e aprovados, conforme documento em anexo (Vide anexo nº6).----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD) disse à senhora deputada Paula Baptista que provasse onde é que o PSD votou contra qualquer um destes pontos, discutidos e aprovados em Reunião de Câmara Municipal. Disse, que o PSD, foi o único na questão da Descentralização, estar ao lado da Câmara Municipal quando por várias vezes rejeitaram o Processo de Descentralização. Relativamente à Educação, também preocupava o PSD todo o processo de Descentralização, pois, uma coisa era o Processo da Descentralização, outra, eram os meios que estavam a dar aos Municípios relativamente a essa Descentralização. Na última Assembleia Municipal referiu que a Câmara Municipal, e bem, porque em primeiro lugar estavam as pessoas, estava a assumir o ônus que era do Estado. Disse, que a retórica do "vale tudo" por parte da CDU, não importando o de onde vem o dinheiro.----------

Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD) mostrou a sua apreensão como era possível votar-se contra (CDU e BE) um Voto de Pesar pelo falecimento de quem quer que seja. Não se reviam naquela tomada de posição. Relativamente aos pontos em discussão, disse que o Grupo Municipal do PSD acompanharia os pontos naquela que foi a posição dos Vereadores na Câmara Municipal, pelo que iriam pautar-se pela abstenção, na sua maioria. No que concerne a alteração do Mapa de Pessoal na área da Educação, representando um recrutamento de mais de 149 trabalhadores, um encargo permanente para o Município ao nível de Recursos humanos na ordem dos 2 milhões de euros/ano para atender a eventuais necessidades decorrentes do Processo de Descentralização de Competências na Área de Educação. Deixou ainda alguns comentários relativamente aos assuntos em discussão. ----------

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU) reafirmou o que referiu anteriormente, ser inqualificável votar contra os direitos daqueles trabalhadores. O benefício da dúvida, não respondia às necessidades da escola. Deixou os devidos argumentos quanto à temática da contratação de funcionários na educação. ----------

Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD) disse à senhora Deputada que ninguém era arauto da consciência dos outros. Normalmente iam intitular-se arautos do que quer seja, da verdade, defensores dos trabalhadores, etc., como se todos fossemos contra. Disse não terem posto em questão os valores e abstenção, pelo que se sabia em democracia, era uma das possibilidades de votação.----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.24. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD.---------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.25. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD.---------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.26. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD.---------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.27. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.28. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD.---------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.29. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

<u>Ponto 4.30</u> - Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aceitação da Transferência de Competências no Domínio da Ação Social – Para Conhecimento".----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD) disse que aquando da discussão dos pontos relativos quer ao IMI quer à Taxa de IRS, tinha o PSD manifestado preocupação sobre os custos que o processo de descentralização

poderia acarretar para o Município ao substituir a Administração Central que não tinha correspondido financeiramente com o pacote que acompanhava a passagem das respetivas competências, estando ali também inserida a questão da descentralização da Ação Social. Questionou, ao nível de Recursos Humanos qual seria o rácio de Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos, se já existia alguma indicação para o Município, da transferência da Administração Central. Questionou, se existia garantia relativamente à passagem para os quadros do Município e não permanecerem no Instituto da Segurança Social, quanto ao pagamento de encargos adicionais, vencimentos, ADSE, etc., se existiam algumas garantias por parte do Governo. Deixou ainda algumas questões que pretendia serem respondidas, conforme documento em anexo (Vide anexo nº7).----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues esclareceu, devidamente, as questões concretas do senhor Deputado Paulo Martins, referindo que o rácio estabelecido não era por Técnico, mas sim por equipa, uma equipa para cerca de 350 casos, podendo ser flexibilizado. Quanto às expetativas com novos Protocolos não era muito favorável, a Segurança Social iria transferir os existentes, os novos a acontecer teriam de ser assumidos pelo Município. Deixou ainda os devidos esclarecimentos à intervenção/questões do senhor Deputado.----------

Foi tomado conhecimento do Ponto 4.30. ----------

<u>Ponto 4.31</u> - Proposta da Câmara Municipal, quanto à Informação do Revisor Oficial de Contas sobre a situação Económica e Financeira referente ao 1º Semestre de 2022 – Para Conhecimento. ----------.

Foi tomado conhecimento do Ponto 4.31. ----------

Foi entregue uma Declaração de Voto, relativamente ao falecimento de Adriano Moreira, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, conforme documento em anexo (vide anexo nº8). ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo (Vide anexo nº9). ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram zero horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeiro Secretária, em Exercício

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 01

CDS-PP
GRUPO MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
17 NOV. 2022
ASSINATURA:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA

Faleceu no pretérito dia 23 de outubro aos cem anos, Adriano José Alves Moreira, fundador do CDS, uma personalidade incontornável a nível académico, político e cívico da sociedade portuguesa.

Nasceu em 1922, na aldeia de Grijó em Macedo de Cavaleiros, Distrito de Bragança, mas a sua infância foi passada em Campolide (Lisboa), devido facto, de o seu pai ter cumprido serviço militar na capital e lhe ter proporcionado melhores perspetivas de vida.

Foi em Lisboa, que Adriano Moreira frequentou o liceu e a Faculdade de Direito de Lisboa, onde se licenciou em Ciências Histórico-Jurídicas. Iniciou a sua carreira profissional de Jurista em 1944, no Arquivo Geral do Registo Criminal e policial na Capital.

Dois anos mais tarde, inscreveu-se na Ordem dos Advogados e passa a desempenhar o cargo de vice-presidente da General Electric, sucursal de Portugal, onde realizou o estágio de advocacia.

Na qualidade de advogado, foi o responsável pela petição do primeiro habeas corpus de que há memoria em Portugal, a favor do General Marques Godinho e do Almirante Mendes Cabeçadas, assente no argumento que, sendo militares, não podiam estar detidos no Hospital Júlio de Matos, às ordens da Polícia Política. No âmbito deste processo, esteve preso no aljube e foi libertado dois meses depois, sem qualquer explicação.

Concorreu a professor na Escola Superior Colonial, atual Instituto Superior de Ciências Socias e Políticas, desempenhando a função de diretor, tendo contribuído para a reforma da instituição e iniciado o estudo da sociologia, ciência política, relações internacionais e ciências associadas como a estratégia e geopolítica.

De 1957 a 1959, foi o delegado de Portugal na ONU.

Em 1959, é convidado por Salazar para subsecretário de Estado da Administração Ultramarina. De1961 a 1963 desempenha funções de Ministro de Ultramar. O desempenho das suas funções, coincidiu com o surgimento da Guerra Colonial no norte de Angola. Foi atribuído a Adriano Moreira o título de "ministro sem medo" por Ramiro Valadão (diretor do Secretariado Nacional de Informação), devido à sua forma como arriscava a vida nas estradas tão ameaçadas pelos terroristas".

Durante o exercício de Ministro do Ultramar, Adriano Moreira estabeleceu uma política reformista, que teve como principal objetivo, a abolição do Estatuto de Indigenato (que impedia a quase totalidade dos habitantes das colónias de adquirir a nacionalidade portuguesa), permitindo aos indígenas aceder apenas à cidadania portuguesa e também à educação.

Ainda no exercício das suas funções, fundou o ensino superior nas colónias, ao fazer arrancar os Estudo Gerais Universitários em Angola e Moçambique. Extinguiu o trabalho forçado e publicou o Código do Trabalho que o Bureau International du Travail considerado o mais avançado de África.

Apesar de todas as suas políticas reformistas, Salazar não concordou com algumas delas e ameaçou-o de que mudaria de ministro se não as alterasse. Perante tal, Adriano Moreira demite-se e regressa novamente ao então Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, onde em conjunto com a atividade de docente no Instituto Superior Naval de Guerra contribui para o derrube das barreiras entre os universos civis e militares.

Em 1963 após sair do Governo, voltou ao ensino e casou-se em 1968 com Mónica Isabel Lima Mayer, com quem teve seis filhos, António, Mónica, Nuno, Isabel, João e Teresa.

Após o 25 de Abril de 1974, volta a abandonar o referido Instituto, no seguimento de um processo de saneamento (com mandado de prisão) por, alegadamente, ter exercido cargos governamentais durante o Estado Novo e por ser um dos doutrinadores do regime deposto.

Esteve exilado no Brasil e lecionou na Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Escola de Comandos e de Estado-Maior e ainda na Escola Naval de Guerra do Brasil.

Em 1977, volta a Portugal com os seus direitos restituídos ao supra referenciado Instituto, filia-se no CDS (a convite de Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa, Narana Coissoró e Rui de Oliveira), sendo eleito presidente do Conselho Nacional em 1983.

Foi Presidente do CDS entre 1986 e 1988, sendo também eleito vice-presidente da União Europeia das Democracias Cristãs.

Foi deputado (1980-1985), vice-presidente da Assembleia da República, entre 1991 e 1995, ano em que a ONU lhe atribui a medalha dos 50 anos, destacando o facto de a única dada a uma personalidade portuguesa. Foi também em 1995, que abandonou a atividade político-partidária, mas continuou a dedicar-se ao ensino, à investigação e a escrever sobre a conjuntura portuguesa, política, relações internacionais e direito.

Em termos académicos, para além da licenciatura pela Universidade de Direito de Lisboa, Adriano Moreira era doutorado em Direito pela Universidade Complutense de Madrid, doutor *honoris causa* pelas universidades portugueses da Beira Interior e Aberta e brasileiras de Manaus, São Paulo, Bahia, Brasília e Rio de Janeiro, curador da Universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro) e professor honorário da Universidade de Santa Maria (Brasil).

O seu percurso significativo na academia, destaca-se em inúmeras funções, designadamente, curador honorário da Fundação Oriente (Lisboa), presidente honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa, fundador e presidente honorário da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, membro das academias brasileiras de Letras, Pernambucana de Letras, Internacional de Direito e Economia de São Paulo, das academias da Marinha de Lisboa e das Ciências de Lisboa, da Academia de Ciências Morales y Politicas de Madrid e da Academia Portuguesa da História, era ainda, membro do Conselho da Fundação Luís Molina da Universidade de Évora, presidente do Conselho de Fundadores do Instituto D. João de Castro, presidente da Assembleia Geral

da Associação Portuguesa de Ciência Política, presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa, presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa e presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

No transato mês de junho, tinha sido condecorado pelo Presidente da República, com a Grã-Cruz da Ordem de Camões.

Em suma, Adriano Moreira, será sempre lembrado como uma personalidade que se notabilizou pela defesa intransigente dos seus princípios e valores.

Assim a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão ordinária de 24 de novembro de 2022, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Adriano José Alves Moreira, que deverá ser enviado à família.

Vila Nova de Gaia, 24 de novembro de 2022

O Líder do Grupo Municipal do CDS/PP

(Luís Miguel Nogueira)

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

ANEXO I

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 02

Voto de Pesar

PELA MORTE DE MAHSA AMINI

Nas primeiras semanas de setembro, a jovem de 22 anos Mahsa Amini, oriunda do Curdistão iraniano, foi presa em Teerão, pela chamada Polícia da Moralidade, acusada de não estar a usar o hijab sobre a cabeça. Foi detida enquanto passeava pela capital com a sua família, levada numa carrinha e o irmão foi informado que seria libertada dentro de uma hora, após lhe ser dada uma "lição de reeducação" sobre a obrigação de usar o hijab.

Horas depois, foi transportada para uma unidade de cuidados intensivos no Hospital Kasra. Viria a falecer após um coma de três dias, fruto de brutais agressões. Em várias cidades do Irão, multidões têm saído às ruas em protesto. Milhares de mulheres estão a queimar o hijab e a cortar os cabelos, enfrentando a regulação dos seus corpos e das suas escolhas pelo Estado teocrático.

A liberdade de religião, de consciência e de cultura deve ser garantida a todas as pessoas. O que as mulheres vestem ou despem só pode ser uma decisão sua. O corpo das mulheres não é propriedade de nenhum Estado nem de nenhuma religião.

Os protestos alastraram-se a cerca de 80 cidades, representando já o maior desafio da década ao regime. Também a repressão e violência contra as manifestações tem aumentado de tom, tendo a Amnistia Internacional recebido vários testemunhos que apontam para a utilização de munições reais para dispersar as multidões, tendo morrido já várias dezenas de pessoas e centenas detidas.

Em vários países europeus, também em Portugal, também se têm multiplicado ações de solidariedade com as mulheres iranianas e em protesto contra a violência do regime teocrático do Irão.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em 24 /Nov / 2022, ao abrigo do disposto no artigo 25.º, n.º2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

1 – Manifestar o seu pesar pela morte de Mahsa Amini e das dezenas de manifestantes mortos em várias cidades do Irão, prestando a sua solidariedade com as mulheres do Irão, que exigem o seu direito à autonomia e decisão sobre os seus corpos.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Luísa Ferreira da Silva

João Martins

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

ANEXO II

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 03

Voto de Saudação

JOSÉ ANTÓNIO RIBEIRO SANTOS

Nascido a 19 de março de 1946, Ribeiro Santos era descrito pelos seus amigos como um rapaz jovial, um orador cativante e um lutador dedicado. Começou o seu percurso de resistência à ditadura quando ainda estudava no Liceu Pedro Nunes, continuando a luta, mais tarde, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Aí, envolveu-se no movimento de contestação na sequência do Maio de 68 em França e em greves e manifestações que paralisaram as faculdades. Fez parte da Federação de Estudantes Marxistas Leninistas e foi um dos fundadores do movimento *Ousar Lutar, Ousar Vencer*.

Estudante da FDUL e militante do MRPP, assassinado a tiro pela polícia política da ditadura em 12 de Outubro de 1972 – passam agora 50 anos – durante um meeting estudantil contra a repressão policial que decorria num anfiteatro do então Instituto superior de Ciências Económicas e Financeiras, hoje ISE da Universidade de Lisboa.

O seu funeral levou centenas de estudantes à rua. A PIDE tentou contê-lo, mas não foi possível. Quiseram bloquear o caminho dos estudantes, tentaram recorrer ao bastão. Mas estes carregavam o seu caixão aos ombros, entravam pelo cemitério, gritavam palavras de ordem. Nos dias e semanas seguintes, multiplicaram-se greves e manifestações em faculdades.

Foi um dos maiores protestos estudantis na cidade de Lisboa depois da Crise Académica e um ponto de rutura para muitos e muitas que perceberam que não haveria futuro

enquanto houvesse fascismo. Ribeiro Santos tornou-se, assim, num símbolo da resistência à ditadura e da face mais violenta e arbitrária do Estado Novo.

Vivemos em Democracia há quase meio século graças a tantas e tantos que, como Ribeiro Santos, dedicaram ou sacrificaram a sua vida na luta contra o fascismo, a guerra e a repressão. Estudantes, trabalhadores, comunistas, socialistas, católicos, mulheres e homens de diversas origens que cerraram fileiras na resistência e a quem devemos tanto.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em 24 de novembro de 2022, ao abrigo do disposto no artigo 25.º, n.º2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

1. Saúda a memória de José António Ribeiro Santos por ocasião dos 50 anos da sua morte, homenageando na sua pessoa a resistência estudantil à ditadura fascista do Estado Novo.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Luísa Ferreira da Silva

João Martins

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Grupo Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 04

ANEXO III

VILA NOVA DE GAIA

Recomendação

Apoiar os munícipes a poupar nas faturas da energia

Considerando que:

- Se avizinha um longo inverno, fruto do contexto de guerra que vivemos na Europa;
- A União Europeia está a planear uma "reforma profunda e abrangente do mercado da eletricidade" e a estratégia para tornar a UE mais independente do ponto de vista energético da Rússia está assente em aumentar as energias renováveis, mobilizar a economia de energia e diversificar as fontes de energia.
- Investir em painéis solares e bombas de calor, juntamente com a renovação de edifícios e medidas de eficiência energética, nos aproximará do Compromisso do Acordo de Paris e mais recentemente nas políticas concertadas da COP27, ao mesmo tempo isola o regime invasor de Putin e mitiga a pobreza energética;
- A nível nacional também está prevista a implementação de uma estratégia nacional de combate à pobreza energética;
- As autarquias são um nível de governação bastante próximo dos cidadãos e cidadãs com um papel muito importante na descarbonização e no combate à pobreza energética.
- A transição para energias renováveis só é possível com ações efetivas de todos: organizações públicas e privadas e também os cidadãos e cidadãs individualmente.
- É necessário que o município atue de forma preventiva, o mais rapidamente possível;
- Queremos um município justo e resiliente que aposte na utilização eficiente de energia, na produção e armazenamento de energia renovável.

Face ao exposto, vem o deputado municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

Vila Nova de Gaia, na sua Sessão Ordinária de 17 de novembro de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia que:

- **Crie um espaço de proximidade ou uma linha de esclarecimento e apoio aos e às munícipes, com o objetivo de dotar as pessoas e/ou famílias da informação necessária para reduzirem os seus custos com energia através da implementação de medidas de eficiência energética e de produção descentralizada de energia renovável assim como apoio à submissão de candidaturas às oportunidades de financiamento nacional nesta área;**

- **Intervenha no apoio e dinamização de novas comunidades de energia renovável no município** - *Definidas no art. 2º da Diretiva EU 'RED II' como entidades jurídicas que no quadro do direito nacional aplicável – Regime Jurídico estabelecido pelo DL n.º 162/2019, de 25 Out* - **suportada por um conceito de base social tipo "proveitos da energia renovável local para satisfazer necessidades locais;**

- **Dote a habitação municipal de painéis de captação de energia renovável - Solar com baterias para acumular energia que permitam servir a habitação e mesmo escolas próximas;**

Vila Nova de Gaia, 15 de novembro de 2022

O Grupo Municipal

do PAN - Pessoas - Animais – Natureza

Pedro Ribeiro de Castro

(Deputado Municipal)

Documento original constituído por 2 páginas

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
e-mail: amgaia@pan.com.pt

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Grupo Municipal

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 17/11/2022
Documento Nº_____

VILA NOVA DE GAIA

Recomendação

Apoiar os munícipes a poupar nas faturas da energia

Considerando que:

- Se avizinha um longo inverno, fruto do contexto de guerra que vivemos na Europa;
- A União Europeia está a planear uma "reforma profunda e abrangente do mercado da eletricidade" e a estratégia para tornar a UE mais independente do ponto de vista energético da Rússia está assente em aumentar as energias renováveis, mobilizar a economia de energia e diversificar as fontes de energia.
- Investir em painéis solares e bombas de calor, juntamente com a renovação de edifícios e medidas de eficiência energética, nos aproximará do Compromisso do Acordo de Paris e mais recentemente nas políticas concertadas da COP27, ao mesmo tempo isola o regime invasor de Putin e mitiga a pobreza energética;
- A nível nacional também está prevista a implementação de uma estratégia nacional de combate à pobreza energética;
- As autarquias são um nível de governação bastante próximo dos cidadãos e cidadãs com um papel muito importante na descarbonização e no combate à pobreza energética.
- A transição para energias renováveis só é possível com ações efetivas de todos: organizações públicas e privadas e também os cidadãos e cidadãs individualmente.
- É necessário que o município atue de forma preventiva, o mais rapidamente possível;
- Queremos um município justo e resiliente que aposte na utilização eficiente de energia, na produção e armazenamento de energia renovável.

Face ao exposto, vem o deputado municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

Vila Nova de Gaia, na sua Sessão Ordinária de 17 de novembro de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia que:

- **Crie um espaço de proximidade ou uma linha de esclarecimento e apoio aos e às munícipes, com o objetivo de dotar as pessoas e/ou famílias da informação necessária para reduzirem os seus custos com energia através da implementação de medidas de eficiência energética e de produção descentralizada de energia renovável assim como apoio à submissão de candidaturas às oportunidades de financiamento nacional nesta área;**

- **Intervenha no apoio e dinamização de novas comunidades de energia renovável no município** - *Definidas no art. 2º da Diretiva EU 'RED II' como entidades jurídicas que no quadro do direito nacional aplicável – Regime Jurídico estabelecido pelo DL n.º 162/2019, de 25 Out* - **suportada por um conceito de base social tipo "proveitos da energia renovável local para satisfazer necessidades locais;**

- **Dote a habitação municipal de painéis de captação de energia renovável - Solar com baterias para acumular energia que permitam servir a habitação e mesmo escolas próximas;**

Vila Nova de Gaia, 15 de novembro de 2022

O Grupo Municipal

do PAN - Pessoas - Animais – Natureza

Pedro Ribeiro de Castro

(Deputado Municipal)

Documento original constituído por 2 páginas

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
e-mail: amgaia@pan.com.pt

ANEXO IV

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

Moção de Congratulação a Propósito do Dia Mundial da Prematuridade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 05

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmº Mesa,

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação,

Caras e caros colegas deputados,

Estimável público,

Comunicação Social,

Polícia Municipal

Meus senhores, minhas senhoras,

Hoje, 17 de novembro, é o Dia Mundial da Prematuridade.

Este é o Dia Mundial de Sensibilização para a Prematuridade, a ocasião para lembrar a todos que os bebés prematuros são Cidadãos Europeus de pleno direito, e que eles e as suas famílias têm necessidades acrescidas, especiais, que merecem ser atendidas.

A European Foundation for the Care of Newborn Infants, EFCNI, é uma organização europeia de pais de crianças prematuras que tem tido um papel muito importante na reunião de todas as partes interessadas, pais, famílias, profissionais de saúde, hospitais, organizações de vária ordem, políticos, para conjuntamente trabalharem em prol destes recém-nascidos e suas famílias.

A XXS, organização portuguesa de Pais de bebés prematuros, é afiliada da EFCNI e colabora com várias entidades portuguesas na implementação no nosso País dos "European Standards of Care for Newborn Heatlh" "Padrões Europeus de Saúde do RN Prematuro", já aprovados pelo parlamento europeu em 2019.

Este Dia é celebrado desde 2011 e a cor oficial deste dia, a cor da Prematuridade, é o roxo. Neste dia, várias cidades do Mundo iluminam a luz roxa os seus principais monumentos, chamando a atenção para a importância deste tema.

A EFCNI diz que 1 em cada 10 bebés nasce prematuro; anualmente, nascem cerca de 15 milhões de bebés prematuros, e estima-se que cerca de 1 milhão não sobrevivem ao parto.

Entre nós, a criação do SNS primeiro e das Comissões da Saúde da Mulher e da Criança depois, possibilitaram a redução da mortalidade perinatal em 71%, redução de 86% na mortalidade infantil e redução de 96% na mortalidade materna (Organização Mundial de Saúde, OMS, 2008). Neste País, os Neonatologistas trabalham em rede desde 1997, e a nossa é uma das mais baixas mortalidades perinatais do Mundo, o que nos torna orgulhosos, por um lado, mas modestos, sabendo que o principal

mérito é destes pequenos heróis resilientes e das suas famílias poderosas, que nos honram permitindo que tratemos os seus filhos e os acompanhemos nos primeiros anos.

Este ano o Lema do Dia Mundial da Prematuridade centra-se de facto no abraço: "O Abraço dos Pais é uma Terapia Poderosa", pedindo: permitam o contacto pele a pele desde o nascimento. E assim é, de facto: desde há muito está cientificamente provado que a técnica de canguru diminui o tempo de ventilação, de necessidade de oxigénio e de internamento. Mas pede-se mais: mais salas de amamentação, mais quartos que permitam aos pais permanecer sempre junto dos filhos.

Este lema da EFCNI implica então cuidados individualizados, orientados numa lógica de empoderamento do doente e da sua família, num Serviço necessariamente equipado e preparado para prestar cuidados diferenciados em instalações físicas de alto nível.

O Executivo Municipal tem ao longo dos últimos anos dado uma grande visibilidade a esta temática, no âmbito de uma abordagem mais abrangente às questões da saúde.

O Centro Hospitalar de VNGaia /Espinho, que integra o Hospital da Mulher e da Criança, com 32 camas e 18 incubadoras, com uma Unidade de Neonatologia com 14 boxes e 4 quartos de isolamento, é das poucas unidades hospitalares do País que está preparada para atender a este pedido dos Pais, provando, mais uma vez, Sr. Presidente da Câmara, que ter uma visão de futuro não é crime e compensa largamente.

Assim, vem o grupo Parlamentar do P.S. desta A.M. congratular-se por este Dia Mundial da Prematuridade, pelos bons resultados globais que Portugal apresenta no que à Prematuridade diz respeito, e pela elevada qualidade no atendimento, instalações e equipamentos que em Gaia se proporciona aos Recém-nascidos Prematuros e RN de termo extremamente doentes e suas famílias.

A ser aprovado, a Moção deverá ser enviada à Direção do Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia / Espinho.

Vila Nova de Gaia, 24 de novembro de 2022

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Anexo V

CDU
Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Assembleia Municipal

4.24 e 4.29 - Mapa de Pessoal

A CDU vai acompanhar as propostas que somos chamados a votar. Contudo, não podemos deixar em branco a declaração de voto do PSD na Reunião da Câmara Municipal em que estes pontos foram discutidos e votados.

Em primeiro lugar, não se mistura precariedade e estabilização da vida dos trabalhadores e das comunidades educativas com a questão da transferência de competências. Considerando o aumento do custo de vida e o salário dos trabalhadores, independentemente dos pressupostos apresentados, é inqualificável votar contra os direitos destes trabalhadores.

Sobre a questão da transferência de competências, não vale a pena PS e PSD virem tentar ver qual deles argumenta melhor contra um problema que eles próprios criaram.

Desde o primeiro momento a CDU reafirmou a necessidade de avançar para a Regionalização e que esta suposta descentralização e transferência de competências não é mais do que uma transferência de encargos. As preocupações que o PSD expressou na sua declaração de voto, nomeadamente as que dizem respeito ao subfinanciamento, foram ditas pela CDU aquando da votação desta descentralização aprovada pelo PS e PSD.

Todavia, registamos o esforço, designadamente do PSD, de tentar parecer oposição, e pôr-se de fora de um problema que ele próprio criou.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 06

24 de Novembro de 2022

Pel'A CDU,

(Paula Baptista) (André Araújo)

GAIA PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

GRUPO PARLAMENTAR
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 07

PONTO 4.30 | ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL

No passado dia 17 de novembro nesta Assembleia Municipal , quando da discussão sobre os pontos relativos quer ao IMI quer á Taxa de IRS que o município pode devolver aos Gaienses já tínhamos manifestado alguma preocupação sobre os custos que o processo de descentralização pode acarretar para o Município ao substituir a administração central que não tem correspondido financeiramente com um pacote que acompanhe a passagem das respetivas competências e aqui também inserimos a descentralização da Ação Social.

No final de julho último a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo assinaram o Acordo Setorial de Compromisso para a Descentralização, nos domínios da Educação, da Saúde e da Ação Social.

O Governo falhou não definido os critérios de financiamento no prazo máximo de 90 dias.

O Governo incumpriu ainda, no mesmo prazo, e no que importa neste particular, e não assinou com a ANMP, o acordo de transferência de competências na área da Ação Social, que está muito longe de ser alcançado, quando deveria estar concluído até final do mês passado, a tempo de poderem incluir os recursos humanos e financeiros, na elaboração dos orçamentos municipais para 2023.

ANMP, no fom do mês passado , por sua vez rejeitou e emitiu parecer desfavorável aos termos e condições em que Governo pretende transferir a Ação Social para as câmaras municipais, o que poderá comprometer a concretização da delegação de competências, prevista para o próximo dia 1 de janeiro.

Assim parece-nos pois, e embora se entenda as boas intenções da Câmara Municipal, que nós acompanhamos , no sentido de " ... *aumentar a quantidade e a qualidade dos serviços prestados*", que esta situação é preocupante e pode ter contornos neste momento imprevisíveis, ao nível dos encargos financeiros para o Município e nas vertentes de recursos humanos e ao nível patrimonial ;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 - 4400-129 VILA NOVA DE GAIA sec.geral@psdgaia.net www.psdgaia.net facebook.com/psdgaia

Assim gostaríamos de ver algumas dúvidas esclarecidas;

Ao nível dos recursos humanos, qual o rácio dos técnicos superiores e assistentes técnicos a transferir para o município, em função da afetação do número de processos, por serviço e utentes a servir, nomeadamente no SAAS – Serviço de Atendimento e Apoio Social e no RSI-Rendimento Social de Inserção? ou dos protocolos celebrados com as IPSS para assegurar os respetivos serviços.?

Existe garantia por parte do governo relativamente á passagem para os quadros do município e não permaneçam no Instituto da Segurança Social (ISS)? ... o que a acontecer esta última situação podemos estar a falar de uma duplicação de funcionários

Existe garantia por parte do Governo relativamente ao pagamento dos encargos adicionais dos vencimentos do pessoal transferido ou a contratar pelos municípios, nomeadamente ADSE, seguros, medicina no trabalho, nem dos que venham a ser substituídos após saída ou aposentação, no estrito cumprimento do rácio?

Sabendo que ao nível dos apoios sociais falta atualizar e quantificar o número de casos e os montantes a transferir para os municípios, que o Governo quer reportar a 2019, dado o crescimento substancial do número de pessoas e famílias a apoiar, qual o encargo financeiro que pode estar afeto em Vila Nova de Gaia a esta divergência temporal?... ou existe a garantia que o governa vai recuar e ter por base o corrente ano?

O governo já assumiu aceitar os ajustes e acertos, com o município principalmente na área dos apoios socias e que os mesmos sejam revistos anualmente?

Em que condições o Governo vai transferir para o município os edifícios afetos `prestação dos serviços delegados?

Está salvaguardado que o Governos estará disponível para por exemplo rever os acordos que neste momento existem nas várias valências com as IPSS, E assim rever o financiamento aos municípios anualmente em função deste ajuste?

Com a educação pelos últimos dados já é sabido que temos um saldo francamente negativo para Vila Nova de Gaia, que já teve de acomodar orçamento municipal, cerca de 10 milhões de euros, Estamos agora preocupados que se agrave com a Ação Social, qual os encargos financeiros que o executivo estima ter de acomodar relativamente à área da Ação Social?

Tendo em conta a indefinição em que se encontra o processo da Ação Social e ao histórico do que não deveria ter ocorrido com as competências da Educação, julgamos até que seria mais prudente prorrogar a data de aceitação de competências, no mínimo, para o dia 1 de julho de 2023, para permitir que seja estabilizado o quadro de compromissos entre a ANMP e o Governo.

Em face de tudo o que alegamos e também por admitimos que não estaremos na posse de todos os elementos para decidir, optaremos pela abstenção.

Vila Nova de Gaia, 24 de novembro de 2022

Pela Bancada do PSD,

Paulo Melo Martins

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 - 4400-129 VILA NOVA DE GAIA sec.geral@psdgaia.net www.psdgaia.net facebook.com/psdgaia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 08

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

24 Novembro 2022

Declaração de Voto

Projecto de Voto de pesar pelo falecimento de Adriano Moreira

Adriano Moreira é uma figura relevante da Universidade portuguesa, eminente catedrático de Relações Internacionais, antigo líder do CDS, deputado e vice-presidente da Assembleia da República, membro do Conselho de Estado. A importância do seu percurso cívico, académico deve ser reconhecida e lembrada, tal como o seu trajeto político, sob a democracia, por maior que seja a distância que nos mereça.

Adriano Moreira foi também alto dirigente político da ditadura de Salazar, tendo desempenhado funções de grande relevo. Em 1956, foi incumbido de defender a posição portuguesa na Assembleia Geral da ONU contra a descolonização. Entre 1959 e 1963, foi Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e depois Ministro do Ultramar.

Enquanto ministro, foi responsável pela decisão de reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, ou a abertura do Campo de Concentração de São Nicolau, em Angola, com vista a encarceramento de combatentes das forças que lutavam pela independência das então colónias portuguesas.

Em 1962, quando era Ministro, teve um papel ativo na perseguição política de que foi alvo o Professor Vitorino Magalhães Godinho, o único professor catedrático demitido sob o Estado Novo, após um processo disciplinar que levou à sua demissão compulsiva do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU). Magalhães Godinho foi demitido por ter apoiado o movimento estudantil durante a crise académica de 1962 e por ter criticado a atuação de Adriano Moreira enquanto mentor deste Instituto.

A democracia tem a responsabilidade de honrar a memória das vítimas da ocupação colonial e da ditadura fascista e a de quem lhes resistiu. Sem prejuízo do reconhecimento da relevância do percurso político democrático, após o 25 de abril, e da carreira académica de Adriano Moreira, a Assembleia da República não pode homenagear esse percurso sem reconhecer também em Adriano Moreira o responsável que foi, num momento crítico da história colonial portuguesa, quando a ditadura se lançava numa guerra que haveria de durar treze anos, pelas opções do regime salazarista.

No nosso entender, o voto de pesar proposto não cumpre esse dever de memória e não pode por isso ser aprovado pelo Bloco de Esquerda.

Pelo O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Luísa Ferreira da Silva João Martins

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 09

MINUTA DE ATA Nº 19

Reunião Ordinária de 24.11.2022

Ao vigésimo quarto dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações:

1. **Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:**

a) Foi um, **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, "Pelo Falecimento de Adriano José Alves Moreira", **Aprovado por Maioria**, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD e 02 do CDS), 04 votos contra (02 da CDU e 02 do BE) e 01 abstenção do PAN. ----------

b) Foi um, **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Pela Morte de Mahsa Amini", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

c) Foi um, **Voto de Saudação**, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Em Memória de José António Ribeiro Santos", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

d) Foi uma, **Proposta de Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal do PAN, "Apoiar os Munícipes a poupar nas Faturas da Energia", **Aprovado por Maioria**, com 41 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE e 01 do PAN), 02 votos contra da CDU e 02 abstenções do CDS. -

e) Foi uma, **Moção de Congratulação**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS "Dia Mundial da Prematuridade", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

2. No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

a) **Foi o ponto 4.16. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Repartição Plurianual dos Encargos Financeiros para Fornecimento de Gás a Granel em Regime Contínuo para Equipamentos Sitos no Município de Vila Nova de Gaia, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril". ----------
Aprovado por Unanimidade. ----------

b) **Foi o ponto 4.17. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Encargos para 2023, para a Empreitada Parque da Aguda – Trabalhos de Impermeabilização da Cobertura – Início do Procedimento, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

c) **Foi o ponto 4.18. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Assunção dos Encargos Plurianuais, para Aquisição de Serviços para Fornecimento de Refeições Institucionais Promovidas nos vários Equipamentos Municipais do Município de Vila Nova de Gaia, por Lotes, pelo prazo de 1 ano renovável por mais um, através de Concurso Público com Publicidade Internacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP e preço base total de € 740.000,00 (setecentos e quarenta mil euros) + IVA, repartido por 2 Lotes, nos seguintes termos: ----------

- Lote 1- Aquisição da tipologia de menus A, B, C e D, com o preço base de € 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil euros) + IVA; ----------
- Lote 2 – Aquisição da tipologia de menu: porto de honra, lanche, coffe break e pequeno-almoço, com preço base de € 90.000,00 (noventa mil euros) + IVA". ----------

Aprovado por Maioria, com 44 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS, 02 da CDU e 02 do BE) e 01 abstenção do PAN. ----------

d) **Foi o ponto 4.19. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para Implementação de Projetos no Âmbito do Investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aprovação do Novo Conteúdo das Minutas de Contrato de Promessa de Compra e Venda", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

e) **Foi o ponto 4.20. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Contrato Programa de 2023 – Instrumentos de Gestão Previsional 2023 da Empresa Municipal Águas de Gaia, EM, S.A.", **Aprovado por Maioria**, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS,02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD. -

f) **Foi o ponto 4.21. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Fundo de Recuperação COVID – Entidades sem Fins Lucrativos.", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

g) **Foi o ponto 4.22. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município, da Parcela de Terreno sita na Rua da Feira Nova, com área de 327,80 m2, na União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

h) **Foi o ponto 4.23. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Cedência em Regime de Comodato, à Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho o seguinte: ----------

- Prédio Urbano composto por Edifício de um Piso e Logradouro, sito na Praceta Cooperativa O Telefone, na Freguesia de Vilar de Andorinho, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob o nº 3604 e inscrito na Matriz Predial sob o artigo urbano P 3984, que provém do artigo U 3980, com o VPT de € 178.280,00 (cento e setenta e oito mil, duzentos e oitenta euros), pelo prazo de 25 anos a contar da data da celebração do respetivo Contrato, podendo ser renovado, automaticamente por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer das partes, para aí ser Instalado e Gerido um Centro Comunitário. ----------
- Aprovar a respetiva minuta do Contrato de Comodato. ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

i) **Foi o ponto 4.24. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, para Inclusão de 10 (dez) Postos de Trabalho, da Carreira de Assistente Técnico, para suprimento de necessidades temporárias, na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto, na Carreira / Categoria de Assistente Técnico de Apoio às Secretarias dos AE/ENA e Autorização de Abertura de Procedimento", **Aprovado por Maioria**, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD.

j) **Foi o ponto 4.25. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, para Inclusão de 03 (três) Postos de Trabalho da Carreira e Categoria de Assistente Técnico, Área Administrativa de Apoio às Secretarias dos AE/ENA, recorrendo-se à Reserva de Recrutamento existente. ----------

Proposta de Abertura de um Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento, para Satisfação de Necessidades Futuras de Ocupação de Postos de Trabalho na Carreira/Categoria de Assistente Técnico, na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado". ----------

Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD. ----------

k) **Foi o ponto 4.26. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, para Inclusão de 03 (três) Postos de Trabalho, Área de Arquitetura e Ocupação desses Postos por via do Recurso à Reserva de Recrutamento Interna Constituída no Procedimento Concursal Comum para a Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado, Proc. 41/2019", **Aprovado por Maioria**, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD. ----------

l) **Foi o ponto 4.27. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Alteração ao Mapa de Pessoal para Inclusão de 10 (dez) Postos de Trabalho da Carreira e Categoria de Assistente Técnico para a Direção Municipal de Políticas Sociais e Autorização de Abertura do Respetivo Procedimento Concursal, Métodos de Seleção a aplicar e Designação do Júri", **Aprovado por Maioria**, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD. ----------

m) **Foi o ponto 4.28. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Alteração ao Mapa de Pessoal para Inclusão de 130 (cento e trinta) Postos de Trabalho da Carreira e Categoria de Assistente Operacional para a Divisão de Gestão Escolar e Recursos Educativos", **Aprovado por Maioria**, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 05 abstenções do PSD. ----------

n) **Foi o ponto 4.29. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Criação de 06 (seis) Postos de Trabalho para a Divisão de Gestão Escolar e Recursos Educativos na Carreira de Assistente Técnico, Categoria de Coordenador Técnico e Criação de 03 (três) Postos de Trabalho para a Divisão de Gestão Escolar e Recursos Educativos na Carreira de Assistente Operacional, Categoria de Encarregado Operacional", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

o) **Foi dado Conhecimento da** "Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aceitação da Transferência de Competências no Domínio da Ação Social – Para Conhecimento", **referente ao ponto 4.30. da Ordem de Trabalhos.** ----------

p) **Foi dado Conhecimento da** "Proposta da Câmara Municipal, quanto à Informação do Revisor Oficial de Contas sobre a situação Económica e Financeira referente ao 1º Semestre de 2022 – Para Conhecimento", **referente ao ponto 4.31. da Ordem de Trabalhos**. ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 00 horas e 25 minutos do dia 25 de novembro de 2022, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária em Exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)